

# **A *LEBENSFÜHRUNG*: Encontros e Desencontros entre Michel Foucault e Max Weber**

*Guilherme Roman Borges*

## **Resumo:**

Além da relação existente entre Max Weber e Michel Foucault, o autor aborda as teorizações Weberianas, a partir da *Lebensführung* até a burocratização, concluindo com um recorte foucaultiano desde o biopoder ao poder como governo.

**Palavras-chave:** Max Weber. Michel Foucault. Burocratização. Biopoder. Poder. Governo.

## **Abstract:**

Beyond the relation between Max Weber and Michel Foucault, the author treats Weberian theorizations, from *Lebensführung* to bureaucratization, and concludes with a Foucaultian clip from biopower to power as government.

**Keywords:** Max Weber. Michel Foucault. Bureaucratization. Biopower. Power. Government.

## **1. A relação entre Max Weber e Michel Foucault**

Apenas meio século separa a produção de dois grandes intelectuais da cultura europeia, que apesar de não muito distantes no tempo e nos questionamento teóricos, presenciaram momentos históricos distintos, nos quais um vivenciou a reunificação da Alemanha, antes mesmo das grandes guerras mundiais, outro, quase a reunificação da Alemanha e das potenciais mundiais, ocorridas pouco depois de sua morte.

Max Weber e Michel Foucault constituem paradigmas teóricos nas Ciências Humanas, mas muito além disso, foram pensadores que ultrapassaram a dimensão do teórico, a dimensão do estritamente conjectural, para ingressarem no campo das imperfeições das ações humanas, das descrenças e das imprevisões, em suma, dos modos e da operação da racionalização e do poder nas sociedades modernas e contemporâneas.

Representam, cada um ao 'seu gosto' formas de se interpretar os processos de racionalização e disciplina operadas na sociedade, modelos de análise das relações intersubjetivas, espectros de investigações sobre a função do intelectual e da condução dos homens em suas diversas manifestações.

---

Mestrando em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Muitos autores da atualidade sustentariam a imperfeita e inviável relação que se poderia estabelecer entre Foucault e Weber, outros, quando muito sustentariam a sua total oposição, sobretudo quando partem de alguns únicos aspectos, reducionistas e legitimadores metodológicos. Entretanto, poucos, de forma profícua e acurada, perceberiam que a relação entre estes autores é inevitável, desde seus argumentos mais distantes, nos quais o desencontro refuta qualquer tentativa de aproximação, até pontos de convergência, nos quais o diálogo, mesmo que tácito, ressalta evidências e coerências quantos aos questionamentos maiores da filosofia.

Certamente não se poderia estabelecer uma perfeita análise da obra de Foucault e dos escritos de Weber, especialmente, levando-se em conta que Weber jamais conheceu Foucault, e que este raríssimas vezes fez referências ao intelectual de Heidelberg, mas isso não poderia impedir o relato e a interpretação de um indispensável capítulo da história do pensamento humano.

Alguns pontos teóricos levam à total discordância entre os dois autores, outros, no entanto, esboçam terem ambos as mesmas preocupações com o mundo, sobretudo, com a direção da vida. Eis a chave de abertura deste campo solitário, por vezes reportado infecundo, que permite estabelecer uma correlação entre Weber e Foucault.

É precisamente a partir da compreensão da condução da vida, juntamente com a história da ciência moderna, que motivou Weber a entender o desenvolvimento da humanidade, como bem ressalta Francisco Ortega<sup>1</sup> Iguamente, sob outros caminhos teóricos, preocupou-se Foucault, a partir de sua análise sobre o governo.

Diametralmente opostos, Foucault e Weber se distanciam quanto à concepção de poder, de racionalização,<sup>2</sup> de valores, de ética, de ação política, e,

<sup>1</sup> ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 48.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. Table ronde du 20 mai 1978. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Orgs.). *Dis et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4, p. 26-27. “Si on appelle ‘webériens ceux qui ont voulu relayer l’analyse marxiste des contradictions du capital par celle de la rationalité irrationnelle de la société capitaliste, je ne crois pas que je sois webérien, car mon problème n’est pas, finalement, celui de la rationalité, comme invariant anthropologique. (...) Je ne pense pas que votre comparaison avec Max Weber soit exacte. On peut dire schématiquement que l’‘ideal type’ est une catégorie de l’interprétation historique; c’est une structure de compréhension pour l’historien qui cherche, après coup, à lier entre elles un certain nombre de données: elle permet de ressaisir une ‘essence’ (du calvinisme, ou de l’État, ou de l’entreprise capitaliste) à partir des principes généraux qui ne sont pas ou plus présents à la pensée des individus dont le comportement concret se comprend cependant à partir d’eux. Quand je m’efforce d’analyser la rationalité propre à l’emprisonnement pénal, ou à la psychiatrisation de la folie ou à l’organisation du domaine de la sexualité, et que j’insiste sur le fait que, dans leur fonctionnement réel, les institutions ne se bornent pas à dérouler ce schéma rationnel à l’état pur, est-ce que c’est là une analyse en termes de type idéal? Je ne pense pas, pour plusieurs raisons.” [trad. do autor. “Se se chamam weberianos os que quiseram substituir a análise marxista das contradições do capital pela da racionalidade irracional da sociedade capitalista, eu não penso que eu seja weberiano, pois o meu problema não é, finalmente, aquele da racionalidade, como invariante antropológico (...) Eu não acho que a sua comparação com Max Weber seja exata. Pode-se dizer, esquematicamente, que o ‘tipo ideal’ é uma categoria da interpretação historiadora, é uma estrutura de

principalmente, de Estado, contudo, o encontro pode ser estabelecido sutilmente a partir da compreensão da burocracia, dos processos disciplinares, da idéia de resistência, e, efetivamente, a partir de um tema em comum, que motivou ambos os autores ao longo de suas existências, ou seja, as tecnologias do governo, a *Lebensführung*.<sup>3</sup>

A direção da vida manifesta-se em Weber, como enfatiza Ortega, nas obras *Wirtschaft und Gesellschaft*, mas, principalmente, em sua obra de peso para a história ocidental, *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, na qual a organização racional do trabalho, as idéias de predestinação, trabalho, hábito e vocação, operadas pela ascese protestante, mostraram-se como a verdadeira essência do surgimento do capitalismo ocidental, a nova direção da vida do homem e da sociedade moderna.

De outro compasso, Foucault se preocupou com as tecnologias de governo, sobremaneira após o desdobramento de sua analítica do poder confeccionadas nos últimos anos de sua vida; indagou-se sobre a repressão propiciada pelas instituições, mas, ainda mais, questionou-se sobre a auto-constituição subjetiva no espaço de liberdade, até chegar à sua saída principal, que, se em Weber foi a formação de um modo de viver consciente, de uma responsabilidade quanto às conseqüências de suas ações, de uma personalidade autêntica resistente à lógica do cotidiano, para ele foi a formação de personalidades que não permitissem que as relações de poder se transformassem em estados de dominação, foi, enfim, a opção pela ética da amizade.

O aporte surge, desse modo, da preocupação esboçada em ambos, de compreender a dominação subjetiva na sociedade, a especial servidão, a criação de processos disciplinares afim de garantir o avanço estatal, a opção pela liberdade de escolha humana, e não simplesmente política, de uma liberdade de consciência na constituição de uma ética própria, em suma, da auto-justificação da condução consciente da vida.

---

compreensão para o historiador que busca, em seguida, ligar entre elas um certo número de dados: ela permite retomar uma 'essência' (do calvinismo, ou do Estado, ou da empresa capitalista) a partir dos princípios gerais que não estão, ou não estão mais, presentes no pensamento dos indivíduos, cujo comportamento concreto se compreende, entretanto, a partir destes. Quando eu me esforço em analisar a própria racionalidade no encarceramento penal, ou na psiquiatrização da loucura, ou na organização do domínio da sexualidade, e que eu insisto sobre o fato que, no seu funcionamento real, as instituições não se limitam a desenrolar este esquema racional no seu estado puro, seria isto uma análise em termos de tipo 'ideal?'"

<sup>3</sup> HONNETH, Axel. Einleitung zur philosophisch-soziologischen Diskussion um Michel Foucault. In: ERDMANN, Eva; FORST, Rainer; HONNETH, Axel. (Org.). *Ethos der Moderne: Foucaults Kritik der Aufklärung*. Frankfurt: Campus Verlag, 1990. p. 22-23.

## 2. As teorizações weberianas: da *Lebensführung* à burocratização

Preocupado com a sociologia política, na qual insere o estudo das religiões, do direito e dos modos de dominação, Max Weber procura compreendê-la a partir do fenômeno moderno e ocidental que denominou de racionalização. Pelo parâmetro da racionalização, e não meramente das estruturas materiais do capitalismo, pode-se dizer que Weber se orientou ao longo da vida pela busca da compreensão racional do mundo, isto é, em especial pelo entendimento da lógica e da racionalidade que o mundo moderno consagrou às concepções de mundo e às práticas sociais, denominadas por ele de *Lebensführung* (condução da vida).<sup>4</sup>

Deixando-se de lado, aqui, as possíveis concepções de racionalidade que se orientem para um aspecto técnico-científico, ou mesmo para um aspecto ético-metafísico, por tratarem-se de compreensões certamente necessárias, mas fugidias ao escopo destas linhas, a racionalidade que Weber visualiza na *Lebensführung*, isto é, uma racionalidade com referência a comportamentos práticos, pode ser compreendida como a capacidade do mundo moderno de dominar a realidade através da precisão das condutas, do cálculo, da adequação dinâmica entre meios e fins, da previsibilidade, da espacialização cartografada das práticas sociais, que em sentido genérico, como bem ressalta Katie Argüello, permite dominar a realidade dentro e fora do homem, na busca de uma conduta de vida metódica.<sup>5</sup>

Para Weber, o surgimento do capitalismo moderno só foi possível em virtude de uma compreensão dos fundamentos religiosos da conduta racional da vida, isto é, uma espécie de racionalização da personalidade, uma interiorização de concepções de mundo e de valores. Entenda-se aqui, por racional, a conduta da vida como um tipo ideal de comportamento, cujo significado maior é sempre relativo a um outro modelo afirmado<sup>6</sup> Para tanto, Weber vai buscar compreender este modo de direção racional da vida a partir da influência significativa e decisiva da ética e da ascese protestante, em especial do calvinismo, na constituição do capitalismo.

Na obra *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, afirma Weber que o espírito do capitalismo se fundamentou em alguns princípios, os quais embasaram a consciência e a atitude dos que se revestiam dessa maneira de pensar. Tais princípios, como: honestidade nos negócios, pontualidade no trabalho, a laboriosidade, a frugalidade e a ética na relações comerciais, constituíram, para quem estava inserido neste

---

<sup>4</sup> COLLIOT-THELENE, Catherine. *Max Weber e a história*. Trad. Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 74.

<sup>5</sup> ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. *O Ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997. p. 69-70.

<sup>6</sup> ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. op. cit., p. 78.

espírito, não apenas virtudes, mas tipos de conduta necessários ao seu desenvolvimento. Vê-se, aqui, além da industriiosidade e da inexistência de créditos como princípios informantes do sistema, a preocupação com o modo de direção de vida imposto pelo capitalismo.

Para Weber, o espírito do capitalismo seria caracterizado pela obtenção interminável de riqueza, pelo afastamento do gozo espontâneo da vida, pela satisfação material (princípio orientador) e pela destituição do caráter hedonista da vida. Entretanto, essa ética capitalista, e este modo de dirigir a vida, somente teriam sido realizáveis, em virtude da ascensão da ascese calvinista. A ética calvinista, que teria trazido as bases ao modelo capitalista, fundamentava-se no dever profissional; na visão do trabalho como forma de se chegar à perfeição, a Deus; na exclusão do ócio, da sensualidade e do sono como formas de não se atingir à glória de Deus. *“toda hora perdida no trabalho redundava uma perda de trabalho para a glorificação de Deus... a perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados”*<sup>7</sup> Foi uma ética que propôs a idéia de vocação (*Beruf*) e de valorização do trabalho, bem como da inevitabilidade do acúmulo de capital e da riqueza, pois, segundo tal entendimento, o trabalho duro e constante seria o único meio necessário para se chegar mais próximo de Deus... *“o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida”*<sup>8</sup>

Cria-se, então, um novo modo de conduzir a vida, como bem ressalta Jessé de Souza *“... a noção de vocação ganha, assim, um novo entendimento, na medida em que passa a contar como sinal da salvação a partir do desempenho diferencial. O objetivo da salvação e o caminho da salvação passam a exercer uma influência recíproca de forma a propiciar uma condução de vida metódica religiosamente determinada”*<sup>9</sup>

Tanto a divisão, quanto a especialização do trabalho seriam decorrentes dos planos divinos, segundo o calvinismo. A vocação para o trabalho era predestinada por Deus, de modo que o indivíduo que estivesse fora de sua vocação natural *“gasta mais tempo na vadiagem do que no trabalho”*<sup>10</sup> Ao homem sem ofício, seja ele pobre ou rico, faltaria o caráter sistemático e metódico, consequência do trabalho humano. Mudar de ofício não era condenável, desde que estivesse apoiado numa reflexão e numa vontade de

<sup>7</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1981. p. 112.

<sup>8</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 113.

<sup>9</sup> SOUZA, Jessé de. *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*. In: SOUZA, Jessé de. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Edumb, 1999. p. 27.

<sup>10</sup> WEBER, Max. *A ética protestante ...*, p. 115.

Deus. “Querer ser pobre, como repetidas vezes... era reprovável do ponto de vista ... de Deus”<sup>11</sup>

Portanto, a ética protestante legitimou e deu fundamento, segundo Weber, para certos princípios do capitalismo. A conduta ascética dos puritanos, como a aversão ao esporte, a indisciplina e o impulsivo ao gozo, às artes, à superstição, era a maneira de agradar a Deus, e logo, coadunou com as idéias daquele incipiente capitalismo. Ademais, havia, como Weber destaca, a teoria da predestinação, segundo a qual alguns homens seriam eleitos para a vida eterna, e outros se deixariam à morte, todos escolhidos por Deus, portanto, quem o agradasse, fosse pelo sucesso econômico, fosse pela dedicação metódica ao trabalho, teria sua chance de ser escolhido, e obter a salvação eterna.

Nesse sentido, dizia Weber que o homem era apenas um guardião dos bens que lhe foram confiados pela graça de Deus, não lhe sendo, pois, nem um pouco imaginável gastar o que quer que fosse sem uma finalidade. O acúmulo de riqueza era necessário, segundo a ética puritana, uma vez que evitava gastos sem utilidade. e havia no puritanismo uma luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais, para evitar o uso irracional da riqueza. Instituiu-se ao capitalismo, deste maneira, um modo de conduzir a vida racionalizado no trabalho, na glorificação de suas conquistas, que privilegiou a riqueza, a honestidade, a vocação, a renúncia aos prazeres, a disciplina e o esforço profissional como formas de se chegar a Deus; o que, reflexamente, permitiu o desenvolvimento e a expansão do espírito do capitalismo.

De outra parte, a partir deste fenômeno da racionalização, que Weber bem destaca na condução racional da vida, expressado pelo agir humano no ambiente capitalista, pode-se perceber, já numa racionalização da sociedade, que outros conceitos ganham relevo, sobretudo, o conceito de burocracia. Por burocracia pode-se compreender a dominação racional em virtude de conhecimento, ou seja, um conhecimento racional e profissional dos fatos e de interesses, que tendem ao nivelamento no recrutamento de profissionais mais qualificados, à plutocratização na extensão da qualificação profissional, e à impessoalidade, conceito de dever sem considerações pessoais, isto é, deveres formalmente iguais para cada um que efetivamente se encontra em mesma posição, uma espécie de progresso da ‘burocracia das massas’, em suma, uma organização social baseada em uma orientação Zweckrational, consistente num dos critérios de opção da ação humana baseada na expectativa de comportamento de objetos da situação externa e de outros indivíduos. Deste modo, a burocracia constitui-se por um espírito formalista, isto é.

---

<sup>11</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1981. p. 116.

a busca de proteção de oportunidades pessoais de vida, e pela execução materialmente utilitarista de tarefas administrativas.<sup>12</sup>

Como ressaltam as compreensões weberianas, a administração burocrática e seu desenvolvimento constitui “a célula germinativa do moderno Estado ocidental”,<sup>13</sup> ela é inevitável para a administração das massas, na qual podem ser inseridos pessoas e objetos. Nesse sentido, o aparelho burocrático, oriundo deste processo de racionalização da sociedade, em que a formação da empresa capitalista se vincula à constituição do estado, entende Weber, mostrou-se como o elemento indispensável para a ação política nas sociedades ocidentais, isto porque, sendo essencialmente superior às demais formas de organização, carrega consigo a enorme capacidade de gerir e administrar as populações.

Desta análise da organização burocrática do capitalismo moderno, certamente ressalta uma compreensão de poder muito peculiar destacada por Weber, ou seja, um poder orientado em sua verticalidade, que estabelece hierarquia de comandos, posições e especializações: um poder que se exerce seja na forma carismática (crença afetiva às características exemplares de uma pessoa, à qual atribuem poderes e qualidades sobrenaturais, extra-cotidianas, exercida pelo grande profeta ou pelo grande demagogo),<sup>14</sup> seja na forma tradicional (crença na beatitude dos costumes e da organização dos poderes presentes nas sociedades medievais, crença na santidade de ordens e poderes senhoriais ‘existentes desde sempre’),<sup>15</sup> ou seja, na forma legal (crença na validade de um estatuto jurídico-legal, crença na impessoalidade e na racionalidade da instituição de todo o direito),<sup>16</sup> baseado sempre na figura de uma instituição, e, por isso, um poder que pode ser qualificado como institucional.

Afirma Weber que a forma burocrática é a forma mais racional do exercício da dominação, sobretudo, porque através dela é possível alcançar-se tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, ou seja, “*calculabilidade tanto para o senhor quanto para os demais*

---

<sup>12</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barborsa. Brasília: Edunb, 1991. v. 1, p. 147.

<sup>13</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 146.

<sup>14</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 155-156. “... Denominamos carisma uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extra-cotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como líder.”

<sup>15</sup> WEBER, Max. *Economia e ...*, p. 148. “... Denominamos uma dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (existentes desde sempre).”

<sup>16</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 142.

*interessados, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas”*<sup>17</sup>

É por isso que Weber fala em “autoridade institucional”. isto é, um complexo de forças corporificadas ou institucionalizadas que se pautam num exercício contínuo, vinculado a determinadas regras, com funções oficiais que se destinam, muitas vezes (mas nem sempre) com poder de mando, a fixar limites de condutas e de meios coercitivos para normalizá-las, emprestando aqui, o termo foucaultiano, representado ora pelas grandes empresas privadas, ora pelos partidos, pelos exércitos, pela igreja, pelos ministros de estado, pelo presidente, e até mesmo, pelo Estado.<sup>18</sup>

A burocracia estatal do capitalismo moderno, sendo o modo mais puro de dominação legal,<sup>19</sup> tem como escopo primordial a organização e a administração do poder. uma espécie de instrumentalidade do agir racional dirigido a fins e não a valores, ou seja, um constituição da racionalidade formal. Esta racionalidade que se mede não pelas exigências éticas, políticas, utilitaristas ou igualitárias, mas pela idéia de calculabilidade, de eficiência, de maior previsibilidade, de objetividade, e, por conseguinte, de desumanidade, levou Weber, segundo Katie Argüello,<sup>20</sup> a uma visão pessimista de que mesmo o processo de democratização na condução social da vida tenderia a uma maior burocracia, e, conseqüentemente, a uma aniquilação da liberdade e da autonomia individual de poder escolher o sentido de seu agir, do seu ser, e a construção de sua própria personalidade.

É nessa perspectiva, que Weber em seu texto *Die Politik als Beruf*. tendo também como tema central a preocupação da condução racional da vida do homem no campo político. analisa a importância do aparato burocrático nas formações políticas, e, sobretudo, prove a constituição de uma personalidade essencial à política, que pautе suas condutas segundo valores supremos, e não somente em valores individuais.

Segundo Weber, diferentes tipos de sociedade apresentam distintas formas de liderança política, e a manutenção dessas lideranças depende de organizações

---

<sup>17</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elisabe Barbosa. Brasília: Edunb, 1991. v. 1, p. 142.

<sup>18</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 142. “Autoridade institucional existe, neste sentido, naturalmente em grandes empresas privadas, partidos, exércitos, do mesmo modo que no Estado e na igreja. Assim, também, no sentido desta terminologia o presidente eleito do Estado (ou o colégio dos ministros ou dos representantes do povo eleitos) é uma autoridade institucional. Nem toda autoridade institucional tem poderes de mando neste mesmo sentido.”

<sup>19</sup> WEBER, Max. op. cit., p. 142. “A dominação legal pode assumir formas muito diversas, das quais falaremos mais tarde em particular. Limitar-nos-emos, em seguida, à análise típico-ideal da estrutura de dominação mais pura dentro do quadro administrativo: do funcionalismo, ou seja, da burocracia.”

<sup>20</sup> ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. Ética e racionalidade na sociologia jurídica de Max Weber. In: SOUZA, Jessé de. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Edunb, 1999. p. 169.

administrativas que realizem a “expropriação” política. Tais organizações são as que determinam a “racionalidade” do sistema político, isto é, são elas as responsáveis pelo monopólio do poder de uma sociedade. Nesse sentido, a racionalidade de semelhantes organizações depende, antes de tudo, de uma distinção entre “viver para a política” e “viver da política”<sup>21</sup>

Essa distinção ajuda levar Weber a compreender as motivações da ação política, pois nessa linha, a racionalidade aumenta na medida em que ocorre uma diferenciação de *status*, de papéis, além de uma especialização funcional das organizações administrativas. A diferenciação ocorre quando há uma especialização entre a administração (que deve ser exercida sem fúria e com dedicação) e a liderança política (cuja ação é por natureza, fundamentada na ira e no gosto pela política). Com esta idéia de especialização, os critérios de alocação de *status* deixam de ser plutocráticos e passam a se basear no desempenho e no conhecimento especializado.

No que tange à vocação política, Weber se propõe a estudá-la em si mesma, além dos sentimentos sobre os quais ela se manifesta. Primeiramente, pode-se perceber que Weber entende que o conceito de política resulta numa concepção bastante ampla e abrangeria todas as espécies de atividade diretiva autônoma. Por isso, é que trata apenas da política como a direção do agrupamento político denominado Estado, o qual não se deixa definir pelos seus fins, mas apenas pelo meio de direção que lhe é próprio, qual seja, o monopólio da coerção física, isto quer dizer que a sua relação de dominação se baseia na violência legitimada. Conseqüentemente, a política também se definirá como a atividade ou luta pelo poder no âmbito do Estado.

Tem-se, deste modo para Weber, que o Estado é uma associação política relativa ao poder, ou seja, fundada numa relação de dominação do homem sobre o homem, através de um quadro administrativo burocrático, o qual se torna o único detentor legítimo da coerção física, que, em suma, leva ao entendimento de que a atividade política seria a transferência ou a manutenção deste poder. Mas essa dominação para existir, como já *supra* mencionado, fundamenta-se em três princípios de legitimidade ou três formas “puras” de poder: o poder tradicional, o poder carismático e o poder racional-legal.

Desse modo, a política como vocação, em Weber, nada mais é do que uma forma carismática de dominação (própria do Ocidente é a figura do livre “demagogo”). Mas o fator decisivo da dominação não reside apenas ou somente no fato do carisma, ela está centrada na natureza dos meios de que dispõem os homens políticos, independente do seu tipo de dominação. Sendo assim, “...a dominação organizada, necessita, por um lado,

---

<sup>21</sup> WEBER, Max. *A política como vocação. Ensaios de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 102.

*de um estado-maior administrativo (em que a obediência aos detentores do poder bascia-se, além das concepções de legitimidade, na retribuição material e prestígio social), e por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão”*<sup>22</sup>

A partir destas características, pode-se perceber duas categorias de administrações: uma, em que o estado-maior e os funcionários são subordinados ao poder estabelecido, mas detêm os bens materiais; outra, o estado-maior e funcionários são expropriados destes bens, passando a administração ao domínio pessoal do chefe. É nesta última categoria que se alia o Estado burocrático, base do Estado moderno. Tem-se então que a origem do Estado Moderno está em relação com aquela “expropriação” na direção de todo o aparato estatal concentrado em torno do soberano.

Este processo de expropriação, juntamente com o monopólio da violência legítima, caracteriza o Estado moderno, que ao longo de seu desenvolvimento, possibilitou o aparecimento dos “políticos profissionais” cuja principal atividade é a política não ocasional, isto é, são os que vivem ‘da política’ e não ‘para a política’. A diferença está basicamente no fato de se fazer da política uma fonte de renda (que é o caso dos profissionais).

Remontando às origens dos políticos profissionais percebem-se traços característicos que tornaram possível separar os seus principais tipos. Inicialmente, têm-se os *clérigos* (essencialmente contratados por saberem ler e por não estarem comprometidos com as ordens às quais o príncipe se opunha); os *letrados de formação humanística* (que obtiveram êxito político somente na China); a *nobreza da corte*: o *patriciado* (na figura inglesa de *gentry*, preservaram a Inglaterra da burocratização ao assumirem todos os encargos da administração); os *juristas* (tipo ocidental peculiar, determinaram toda a estrutura política européia na sua forma estatal racional). E, própria do Ocidente, tem-se a figura do *demagogo*, representado pelo publicista político e, particularmente, pelo jornalista.

O destino político dos jornalistas não se caracteriza pela fácil ascensão ao poder. Devido à sua dependência aos limitados recursos monetários que a profissão oferece, o jornalista perde, cada vez mais, sua influência política. Entretanto, esta carreira é ainda uma das vias mais importantes da atividade política profissional (devido ao seu campo de ação, de possibilidades de influência e de responsabilidade).

Por fim, há a figura do *funcionário de partido político*. Esta figura é a que mais claramente irá representar o indivíduo que vive ‘da política’ não-ocasional com posições fixas dentro dos partidos (que começaram a sentir a necessidade de uma maior

<sup>22</sup> WEBER, Max. *A política como vocação. Ensaios de Sociologia*. Trad. Walfensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 108.

coesão no interior dos partidos, democratizando, então, a participação nas decisões gerais). Aparece a figura dos “permanentes” e das personalidades dominantes em detrimento do antigo sistema de influência dos homens em prol nas decisões, e da condução do programa e conduta pelos grupos parlamentares. Deve-se citar então, o fato da existência de um poder “carismático” na estrutura do partido, incorporado pelas personalidades dominantes (o chefe).

Deste modo, pode-se perceber que, para Weber, a estrutura partidária varia entre o domínio do chefe e o domínio do corpo de funcionários, e que estes domínios estão baseados na vocação (carisma) e na burocratização respectivamente. A partir desta diferenciação, tem em vista, como exemplo o modelo de administração política da Alemanha.

Este modelo, consoante Weber, baseia-se em três aspectos principais: a impotência do Parlamento, no sentido da falta de uma personalidade de chefe duradoura, a grande importância do funcionário de carreira, ou seja, o político burocrata, e o princípio de alguns partidos de se manterem minoritários, constituindo um obstáculo à ‘parlamentarização’. Assim, o destino dos políticos profissionais neste país limita-se a papéis subalternos, burocráticos, reforçando a dominação dos funcionários sem vocação.

Este exemplo demonstra as decepções a que está sujeito aquele indivíduo que tem a atividade política como vocação. Assim, para perseverar neste caminho, que, além das decepções, encerra o sentimento do poder e da influência na História, somente os possuidores das qualidades que Weber enumera, quais sejam: a paixão ou, a total dedicação à causa que se deseja realizar; o senso de responsabilidade, que complementa a paixão; e, a noção de proporção, que determina que “...faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo”<sup>23</sup> Além disso, há a necessidade de se lutar contra o maior inimigo do homem político que é a vaidade. É ela que o conduz às exaltações do ego, que resulta numa desesperada busca do “poder pelo poder”, como meio de colocar-se em primeiro plano. É o que acontece quando há falta de senso de responsabilidade e de paixão por uma causa (ou melhor, há uma paixão de causa, mas a de si próprio).

Questões essas que dão ensejo à discussão da ética na atividade política. Inicialmente, para Weber há a afirmação de que toda atividade, que se orienta segundo a ética, pode ser enquadrada ou como ética de convicção, ou como ética de responsabilidade. Pela primeira tem-se o indivíduo que, por um sentimento de obrigação para com uma causa, age sem cogitar das conseqüências do seu ato, é quase que a posição da clássica máxima de que ‘os fins justificam os meios’. Já na outra, o indivíduo avalia os

---

<sup>23</sup> WEBER, Max. *A política como vocação. Ensaios de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 141.

melhores meios para atingir seu objetivo, levando em conta as conseqüências e a sua responsabilidade para com outras pessoas.

Como bem ressalta Katie Argüello, “a ‘ética da convicção’ é uma ética do ‘tudo ou nada’. Trata-se da ética do sermão da montanha, fundada somente na dimensão valorativa dos objetivos, na ‘pureza das intenções’ sem se importar com as condições objetivas para a realização da causa. É uma ética a-histórica e a-cósmica por estar descontextualizada e, portanto, indiferente às particularidades de conjuntura às quais a política está submetida. Ela não se importa com o resultado da ação; se algo der errado, atribuirá a responsabilidade ao mundo ou à vontade de Deus, e não ao agente da ação. A ‘ética da responsabilidade’, por sua vez, é compatível com a atividade política. Admite a violência como o instrumento específico da política, expondo-se às conseqüências, muitas vezes incontrolláveis, que tal instrumento possa acarretar. Ela reúne racionalidade orientada a fins e valores e o cálculo das conseqüências”<sup>24</sup>

Como o principal meio de ação política é a violência legítima, os indivíduos que se habilitam neste campo, por mais nobres que sejam os fins que desejam alcançar, irão estar sujeitos às conseqüências do instrumento utilizado, que é a violência. Neste sentido, por se valer de um meio em que a “moral” considera como “ilícito”, o político convicto, por mais que vise a nobres resultados, não conseguirá justificar seus métodos pelo fim a atingir. Então, neste caso, aquele que deseje a salvação da própria alma, deve evitar os caminhos da política, que por vocação, só pode realizar suas tarefas através da violência.

Weber vê, então, na união destas duas éticas o ideal caminho do verdadeiro homem político, da real vocação política. Pois, ao mesmo tempo em que se vale de uma forte convicção para alcançar um objetivo, tem a noção da responsabilidade no sentido de, consciente dos meios utilizados, poder arcar com as conseqüências de seus atos não colocando a culpa de qualquer desastre, na irracionalidade do mundo.

Diante dessa envergadura do aparato burocrático no Estado Moderno, é que Weber, às avessas do otimismo iluminista de uma idéia de progresso, encontra uma possível saída, a necessidade da formação de um modo de viver consciente, de uma responsabilidade quanto às conseqüências de suas ações, de uma personalidade autêntica resistente à lógica do cotidiano, à “gaiola de aço” das instituições burocráticas, de uma neutralidade axiológica, enfim, de uma *Lebensführung* orientada pela liberdade de escolha e do agir.

<sup>24</sup> ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. Ética e racionalidade na sociologia jurídica de Max Weber. In: SOUZA, Jessé de. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Edumb, 1999. p. 147.

Certamente a crise burocrática do estado moderno, supra mencionada, e a saída encontrada por Weber estão longe de possibilitar uma aproximação com as teorias do poder de Foucault. Weber afirma que, em virtude da essencial superioridade da burocracia como instrumento para lidar com as massas no estado moderno, esta ganha especial autonomia em relação ao campo da política, o que compromete o desenvolvimento do próprio estado e dos administrados. O perigo da perda da liberdade levou Weber a compreender que a saída seria o confronto da burocracia estatal em correlação com a burocracia privada, e a burocracia estatal e o Parlamento, pois isto permitira conter a tendência à burocratização excessiva do Estado.

É, portanto, como bem destaca Katie Argüello, a partir de uma concorrência dinâmica e da possibilidade de luta, exceptuando-se a reserva do monopólio da violência legítima ao Estado, que se poderia conter a burocratização. Saída essa que Weber, na Alemanha fragilizada pela primeira guerra, propõe a escolha de um presidente, um líder carismático, detentor de um poder de mando incondicionado, que fosse, então, capaz de romper com a burocracia e as resistências parlamentares.<sup>25</sup>

### 3. O recorte foucaultiano: do biopoder ao poder como governo

A saída proposta por Weber, permite então distanciá-lo ainda mais de Foucault, porque para este autor jamais se poderia pensar na escolha de um líder carismático, que detivesse o poder, pois o poder, a despeito da existência de um uma formação jurídico-discursiva presente nas estruturas estatais, é um conjunto de relações de forças, dispersas nas práticas, que não se encontra instituído ou localizado num lugar privilegiado, mas disseminado em toda a estrutura social, a tal ponto de jamais ser possível defini-lo, nem sequer determiná-lo, pois “*são múltiplos, num espaço onde as atividades, as tensões, os conflitos, são numerosos, onde eles se desenvolvem de acordo com várias dimensões, e onde os equilíbrios são obtidos por meio de transações variadas*”<sup>26</sup>

De outro lado, a análise de Weber da Alemanha burocrática de Weimer permite Foucault presenciar o surgimento de uma política estatal, capaz de monitorar as condições de vida da população, através de um aparato médico-policia e de um aparato administrativo. Nessa linha, nos anos de 1978/1979, Foucault confere aos seus ouvintes no Collège de France um curso sobre o Nascimento da Biopolítica, a que dá o sentido de

<sup>25</sup> ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. Ética e racionalidade na sociologia jurídica de Max Weber. In: SOUZA, Jessé de. (Org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Edumb, 1999. p. 36-37.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 89.

um instrumental discursivo e prático pelo qual se buscou já no século XVIII racionalizar os problemas que se expuseram às práticas governamentais, em razão de uma determinada ‘biblioteconomia’ dos fenômenos particulares de uma dada comunidade, tais como: critérios e anagramas sobre saúde, higiene, natalidade, raças, empregos/desempregos, mortalidade.

Nessa linha, Foucault passa a compreender o poder sob um novo espectro, mais dinâmico, mais intenso, mais perceptível, enfim, mais visível se assim pudesse ser qualificado, não, evidentemente, no sentido literal de sua raiz; isto é, um poder que se transfigura no conceito de “governo”. É sobre esse tema que Foucault vai tratar no curso do biênio 1979/1980, cujas características já se esboçavam nos anos precedentes. Traçando linhas gerais, que adiante serão interrogadas com mais cautela e profundidade, é possível entender que Michel Foucault passa a dar ao conceito de governo o conteúdo de um conjunto de técnicas, de dispositivos, de arquivos e de procedimentos que objetivam abranger, controlar e direcionar a condução da vida dos homens.

Nasce, com isso, uma visão de poder não mais como simples normalização de condutas particulares, mas um poder que se insere nos corpos, nos seus gestos, nas suas atitudes concretas, no seu comportamento cotidiano, sobretudo, como um arsenal teórico e estatístico que permite ao Estado controlar uma determinada coletividade, mediante o conhecimento de dados específicos; nasce, portanto, a concepção de biopoder. Nesse sentido, afirma Foucault numa entrevista concedida a Alessandro Fontana e P. Pasquino, em junho 1976, quando perguntado sobre a possibilidade de se estabelecer a relação entre os dois corpos: o corpo molar da população e os micro corpos dos indivíduos:

A partir dos séculos XVII e XVIII, viu-se nascer um poder que começou a se exercer através da produção e da prestação. Ele procurou obter dos indivíduos, nas suas vidas concretas, prestações produtivas. E, para isto, foi necessário realizar uma verdadeira incorporação do poder, no sentido que ele teve de chegar até os corpos dos indivíduos, nos seus gestos, nos seus comportamentos cotidianos; daí a importância de proceder como as disciplinas escolares, que conseguiram fazer do corpo das crianças um objeto de manipulação e de condicionamentos bastante complexos. Mas, de um outro ponto de vista, essas novas técnicas de poder deviam dar conta dos fenômenos da população. Brevemente, tratar, controlar, dirigir a acumulação dos indivíduos (um sistema econômico, que favorecia a acumulação do capital, e um sistema de poder, que comandava a acumulação dos homens, tornaram-se, a partir do século XVII, dois fenômenos correlativos e indissociáveis um do outro); daí a aparição dos problemas de demografia,

de saúde pública, de higiene, de moradia, de longevidade, de fecundidade...<sup>27</sup>

Para Foucault, especialmente a partir do texto *La Naissance de La Medecine Social* (1974), quando analisa a evolução da medicina social na Alemanha do século XVIII, percebe-se o surgimento de algumas teses que engendram o conceito de biopoder. Por esse termo, procura Foucault defini-lo como a forma de controle e disciplina das imensas populações num determinado espaço físico, uma espécie de um instrumental de controle do Estado, que a partir de uma ampliação da vigilância que existia nas prisões, anteriormente questionada em *Surveiller et Punir*, agora ganham dimensões maiores, não-limitadas ao espaço de uma cela, uma espécie de monitoramento celular, cujos sistemas reguladores e disciplinares atingirão outros níveis de formação e de atuação.

Através da medicina social e da investigação penal colhem-se informações mais eficazes que permitem ao Estado disciplinar melhor as condutas individuais. De um lado, a interrogação judiciária, mediante as informações sobre criminalidade, sobre policiamento, investigações, inquéritos, e de outro, a medicina, pelos questionamentos médicos, exames clínicos, pesquisa de antecedentes e narrações biográficas. A medicina urbana, propugna Foucault, objetiva o controle da saúde e do corpo das classes mais pobres, não simplesmente com o intuito de garantia de vida mais seguras e saudáveis aos administrados, mas, certamente, para garantir uma vida útil mais prolongada e com mais qualidade no trabalho, e menos perigosa às classes mais ricas.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> FONTANA, Alessandro; PASQUINO, P. Vérité et pouvoir. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 153. "A.F e P.P. - Comment peut-on penser, même s'il ne s'agit peut-être que d'un début de recherche pour vous aujourd'hui, les types de relations qui s'établissent si c'est le cas, entre ces deux corps: le corps molaire de la population et les microcorps des individus? M.F. ....À partir des XVIIe et XVIIIe siècles, on a eu affaire à un pouvoir qui a commencé à s'exercer à travers la production et la prestation. Il s'est agi d'obtenir des individus, dans leur vie concrète, des prestations productives. Et pour cela, il a été nécessaire de réaliser une véritable incorporation du pouvoir, en ce sens qu'il a dû arriver jusqu'au corps des individus, à leurs gestes, à leurs attitudes, à leurs comportements de tous les jours: de là l'importance de procédés comme les disciplines scolaires qui ont réussi à faire du corps des enfants un objet de manipulations et de conditionnements très complexes. Mais, par ailleurs, ces nouvelles techniques de pouvoir devaient prendre en compte les phénomènes de populations. Bref, traiter, contrôler, diriger l'accumulation des hommes (un système économique qui favorisait l'accumulation du capital et un système qui commandait l'accumulation des hommes sont devenus, à partir du XVIIe siècle, deux phénomènes corrélatifs et indissociables l'un de l'autre); de là apparition des problèmes de démographie, de santé publique, d'hygiène, d'habitat, de longévité et de fécondité..." [trad. do autor. A.F. e P.P. - Mesmo que talvez se trate somente de um começo de pesquisa para você hoje, como se pode pensar os tipos de relações que se estabelecem, se for o caso, entre os dois corpos: o corpo molar da população e os micro corpos dos indivíduos? M.F...."]. Observe-se que a tradução contida na coletânea: [FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder*. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 01-14.] não condiz com os originais de *Dits et Écrits*, razão pela qual, neste particular, ao contrário da metodologia adotada neste ensaio, optou-se por arriscar a tradução.

<sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. La naissance de la médecine sociale. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 227. "... apparaît une médecine qui consistait

Com a noção de biopoder, procura Foucault, a partir do nascimento da medicina social, questionar e afirmar a tese de que o objetivo primordial do ente público seria o de seu próprio crescimento, o controle de suas populações, através de exames criteriosos, bancos de dados e registros funcionais, que garantiriam ao poder estatal uma forma de “tecnologia do corpo social”, na qual evitaria epidemias, preveniria de grandes catástrofes coletivas, que poderiam acabar com o contingente de seu exército e sua mão-de-obra.

Em semelhança à burocracia destacada por Weber na Alemanha pré-guerra, Foucault destaca que havia na França, igualmente o desejo de se esquadrihar a população urbana, a fim de conhecer melhor as pessoas que o poder estatal mantinha sob o domínio. Percebe-se, aqui, em Foucault, um desdobramento do poder, pois se de um lado havia um poder normalizador que se inseria nos corpos individuais, e um poder disperso e pulverizado nas ínfimas relações sociais, surgia no Estado um poder, não gerenciador, mas efetivamente conhecedor de sua população, não para geri-los, mas, sobretudo, para controlá-los, através de arquivos, classificações, inventários, enquêtes, etc. Nas palavras de Foucault “...a conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados um ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos. E é nesse tempo classificado, nesse devir quadriculado e espacializado que os historiadores do século XIX se empenham em escrever uma história enfim ‘verdadeira’ – isto é, liberada da racionalidade clássica, de sua ordenação e da sua teodicéia, uma história restituída à violência irruptiva do tempo”<sup>29</sup>

---

principalement en un contrôle de la santé et du corps des classes nécessiteuses, pour qu’elles soient plus aptes au travail et moins dangereuses pour les classes riches.” [trad. br. O nascimento da medicina social. Microfísica do poder. (trad. Roberto Machado) 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.97. “... aparece uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.”]

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. *Les mots et ...*, p. 143-144. “La conservation de plus en plus complète de l’écrit, l’instaurations d’archives, leur classement, la réorganisation des bibliothèques, l’établissement de catalogues, de répertoires, d’inventaires représentent, à la fin de l’âge classique, plus qu’une sensibilité nouvelle au temps, à son passé, à l’épaisseur de l’histoire. une manière d’introduire dans le langage déjà déposé et dans les traces qu’il a laissées un ordre Qui est du même tupe que celui qu’on établit entre les vivants. Et c’est dans ce temps classé, dans ce devenir quadrillé et spatialisé que les historiens du XIXe siècle entreprendront d’écrire une histoire enfim ‘vraie’ - c’est-à-dire libérée de la rationalité classique, de son ordonnance et de as théodicée, une hisoire restituée à la violence irruptive du temps.” [trad. br. As palavras e ... p. 145-146.]

Nesse sentido, claramente resgata Marco Aurélio Peri Guedes, de que, para Foucault, este era o momento que todo o armazém de informações seria, não simplesmente para identificar os perigos de moléstia, de contágio, de fome, de revolta, de um estado social emergente, mas para transformar o indivíduos em simples números e dados estatísticos, e, sobretudo, para justificar a existência de ‘dispendiosas’ estruturas administrativas, policiais, que normalizavam e monitoravam a conduta dos administrados.<sup>30</sup> É, portanto, o fortalecimento do aparato estatal que Foucault identificava ter nascido nesse contexto, como um despropósito e um disfarce, e que Weber propugnava pelo aparato burocrático alemão.

Se para Weber, o aparato burocrático, como supra-argumentado, caracterizava-se pela calculabilidade, pela disciplina, pela organização e administração rígidas do poder, numa dominação organizada, capaz de controlar os novos aspectos do corpo social, originado pelos inúmeros recortes territoriais, bem como a falta de regulação e regras para inúmeras áreas da administração, para Foucault o saber necessário a essa estrutura deveria ser aquele apto a diagnosticar os problemas sociais, e, sobretudo, radiografar e registrar todos os dados; uma tecnologia governamental que se dominasse pelo princípio da razão de Estado, que levasse em consideração os problemas da população.<sup>31</sup> Como ressalta Guedes, a partir de 1880 surgiram na Alemanha constantes leis de cunho social, que vieram a reconhecer as demandas da população, tais como leis à previdência, à assistência à velhice, à saúde pública, etc...., o que acabou por exigir um

<sup>30</sup> GUEDES, Marco Aurélio Peri. Pensar o biopoder: Foucault em Weimar. *Revista da Faculdade de Direito Cândido Mendes*. Rio de Janeiro: SBI, v. 1, n. 1, p. 111, 1999.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel Naissance de la biopolitique. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 819. "... La Polizeiwissenschaft développée par les Allemands au XVIII<sup>e</sup> siècle, soit parce qu'il leur manquait une grande forme étatique, soit encore et aussi parce que l'étroitesse des découpages territoriaux leur donnait accès à des unités beaucoup plus facilement observables étant donné les instruments techniques et conceptuels de l'époque, se plaçait toujours sous le principe: on ne fait pas assez attention, trop de choses échappent, des domaines trop nombreux manquent de régulation et de règlement, l'ordre et l'administration sont en défaut - bref, on gouverne trop peu. La Polizeiwissenschaft est la forme prise par une technologie gouvernementale dominée par le principe de la raison d'État: et c'est 'tout naturellement' en quelque sorte qu'elle prend en compte les problèmes de la population ...." [trad. br. Nascimento da biopolítica. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). (trad. Andréa Daher e Roberto Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 90. "... A Polizeiwissenschaft desenvolvida pelos alemães no século XVIII - seja porque lhes faltava uma grande forma estatal, seja ainda porque a estreiteza dos recortes territoriais lhes dava acesso a unidades muito mais facilmente observáveis, considerando os instrumentos técnicos e conceituais da época - se situava sempre sob o seguinte princípio: não se dedica atenção suficiente, muita coisa está fora de controle, faltam regulação e regra para inúmeras áreas, a ordem a administração estão em falta - em suma, governa-se muito pouco. A Polizeiwissenschaft é a forma tomada por uma tecnologia governamental dominada pelo princípio da razão de Estado e, num determinado sentido, ela leva em conta 'naturalmente' os problemas da população ...."]

conhecimento próprio para os novos problemas, exigir bancos de dados de registros estatais, tabelas, gráficos, eis o nascimento da biopolítica.<sup>32</sup>

De outro lado, se a estrutura política se apresentava, desde o nascimento da medicina social (disciplina) e do aparato burocrático (monitoramento) como o lugar onde os indivíduos deveriam ser portar, surge, então, outro questionamento, que diz respeito à *Lebensführung*, isto é, o modo como os administrados deveriam conduzir, desde a modernidade, racionalmente a vida. Surge, evidentemente, o problema do “portar-se” e do “agir” diante dessa estrutura, ora que buscava controlar as condutas individuais, normalizando os seus gestos e as suas atitudes pelo aparato burocrático, ora pelo saber e pelo conhecimento de uma biopolítica, que inseria a sua estrutura nos corpos individuais.

O que Michel Foucault admite como o problema maior que se demonstra aos caracteres do governo, às suas práticas de disciplinamento e aos seus discursos pragmáticos, produz-se em consonância com a idéia supra tratada, referente à *Lebensführung*, que Weber dedicou alguns de seus maiores escritos. Se para Weber, na condução da vida, a referência se fazia ao modo como o homem moderno deveria disciplinar-se e incorporar a ascese calvinista para ser escolhido entre os predestinados, para Foucault, nos seus últimos escritos, como bem ressalta Wolfgang Eßbach, o que importava para a constituição de uma personalidade livre era, na condução da vida, uma *Selbstdisziplin* (autodisciplinamento).<sup>33</sup>

Nesse sentido, percebe-se grande influência das palavras de seu pai, o renomado médico de Poitiers, Dr. Michel Foucault, as quais são resgatadas por Didier Eribon no que se refere ao lema essencial da vida humana: “governar-se a si mesmo”<sup>34</sup> É nessa perspectiva, que Foucault encara como o grande desafio de sua vida, perquirir-se sobre os comandos da direção da vida, quer dizer, indagar-se sobre o governo das crianças, das personalidades, dos núcleos familiares, e, até mesmo, do próprio Estado.<sup>35</sup>

<sup>32</sup> GUEDES, Marco Aurélio Peri. *Pensar o biopoder* ..., p. 113. “A história da República de Weimar, sob a ótica do biopoder foucaultiano, pode ser narrada pelos que a conhecem através de uma série de tabelas de dados estatísticos, onde o corpo social mostra-se radiografado ao limite de suas ‘entradas’”

<sup>33</sup> ESBAHC, Wolfgang. *Durheim, Weber, Foucault. Religion, Ethos und Lebensführung. Max Webers protestantische Ethik und der Geist der Moderne. L'éthique protestante de Max Weber et l'esprit de la modernité.* (org. Textes réunis par le groupe de recherche sur la culture de Weimar). Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme Imprimé en France, 1997, p. 274. “Damit ist jedoch die Frage: welche Lebensführung ist mit der europäischen Moderne vereinbar, nur unzureichend beantwortet. Foucaults Fragestellung wird sich Ende der 70er Jahre von der Analyse der Machtformen zur Analyse der Weisen von Selbstdisziplin verschoben.” [trad do autor. “Com isto, há porém uma pergunta: qual ‘condução da vida’ é compatível com a modernidade europeia, somente uma insuficiente resposta. O questionamento de Foucault se deslocará no final dos anos 70 de uma análise das formas dos poder para uma análise das maneiras de autodisciplina”]

<sup>34</sup> DIDIER, Eribon. *Michel Foucault*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 26.

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants*. DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4, p. 125. “Le cours de cette année a pris appui sur les analyses faites les

É a partir da idéia de servidão, de consciência e de confissão que Foucault se deixa interrogar sobre a necessidade do homem contemporâneo da busca de uma condução de vida, igualmente autêntica a que Weber propunha (embora sobre uma outra estética), que permitisse os indivíduos se portarem com liberdade e consciência diante das formações cotidianas de saber, poder e relações. Se Weber prescrevia que os homens deveriam conduzir racionalmente suas vidas com liberdade diante do aparato burocrático, mas com responsabilidade de suas conseqüências, Foucault prescreve uma nova forma de vida social, numa dimensão de um poder pulverizado, microfísico, através da ética da amizade, não sendo, necessariamente, o melhor caminho.

Diante de uma estrutura de luta e incitação mútua, em que o poder é essencialmente estratégico, Foucault entende que a ética da amizade permite aos sujeitos garantirem sua liberdade uns em relação aos outros, uma autonomia e uma negação à submissão externa do outro, admitindo, apenas, uma dominação mínima necessária, sem se transformar em estados de dominação. Como bem ressalta Francisco Ortega.<sup>36</sup> nas relações de amizade que Foucault prepondera, ao contrário do pensamento usual de que se tratam de relações transparentes e com verdade de informação, há relações completamente, às vezes, avessas, em que reinam a desigualdade, a hierarquia, e inúmeras rupturas.

Inspirado nos movimentos feministas, anti-raciais e, no homossexualismo, como uma possibilidade de resistência (pois as formas homossexuais poderiam criar novas comunidades e opor-se às formas prescritas e normalizadas), sobretudo a partir dos movimentos de maio 68, Foucault admite que a única saída para uma forma livre de sociedade seria a amizade, não-meramente fechada, como os ciclos da tradição impuseram aos homens, mas formas livres, irrestritas, que permitissem o crescimento de relações possíveis, não-institucionalizadas.

Desta forma, haveria uma *Lebensführung*, frente a sociedade, que garantiria uma auto-elaboração individual, que reduziria a tensão entre indivíduo e sociedade, e, como bem ressalta Ortega,<sup>37</sup> uma criação de novos lugares de produção de subjetividades, enfim, que permitiria a liberdade individual. Eis, a conclusão que Foucault traça à humanidade, como um dos possíveis modos de dirigir a vida e, cuja preocupação,

---

années précédentes à propos de la notion de 'gouvernement': cette notion étant entendue au sens large de techniques et procédures destinées à diriger la conduite es hommes. Gouvernement des enfants, gouvernement des âmes ou des consciences, gouvernement d'une maison, d'un État ou de soi-même." [trad. br. Do governo dos vivos. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). (trad. Andréa Daher e Roberto Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 101. "O curso deste ano apoiou-se nas análises feitas nos anos precedentes sobre a noção de 'governo', entendida no sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo".]

<sup>36</sup> ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 168.

<sup>37</sup> ORTEGA, Francisco. op. cit., p. 171.

evidentemente ao seu tempo, inquietou Weber, e o instigou a estabelecer caminhos para conduzir a vida.

São Paulo, novembro de 2005.

## Referências

- ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. Decisionismo: um confronto entre Max Weber e Carl Schmitt. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, a. 32, v. 33, n. 17, p. 65-81, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O ícuro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997. 216 p.
- \_\_\_\_\_. *O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. Ética e racionalidade na sociologia jurídica de Max Weber*. In: Souza, Jessé de (Org.). *O Malandro e O Protestante: A Tese Weberiana e a Singularidade Cultural Brasileira*. Brasília: Edumb, 1999. p. 137-170.
- COLLIOT-THELENE, Catherine. *Max Weber e a história*. Trad. Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1995. 158 p.
- DIDIER, Eríbon. Michel Foucault. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 351 p.
- ESBAHC, Wolfgang. *Durheim, Weber, Foucault. Religion, Ethos und Lebensführung*. Max Webers protestantische Ethik und der Geist der Moderne. L'éthique protestante de Max Weber et l'esprit de la modernité. (org. Textes réunis par le groupe de recherche sur la culture de Weimar). Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme Imprimé en France, 1997. p. 261-278.
- FONTANA, Alexandro; PASQUINO, P. *Vérité et pouvoir*. Dits et Écrits (org. Daniel Defert et François Ewald). Paris: Gallimard, v. 3, 1994. p. 140-160. [trad. es. *Verdad y poder*. Michel Foucault: un diálogo sobre el poder. (trad. Miguel Morey) Madri: Alianza, 1997, p. 128-145.] [trad. br. *Verdade e poder*. Microfísica do poder. (trad. Roberto Machado) 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 1-14.].
- FOUCAULT, Michel. Naissance de la biopolitique. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 819. [trad. br. *Nascimento da biopolítica*. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). (trad. Andréa Daher e Roberto Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 90.]
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 89.

\_\_\_\_\_. *Du gouvernement des vivants*. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 125. [trad. br. *Do governo dos vivos*. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). (trad. Andréa Daher e Roberto Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 101.]

\_\_\_\_\_. *La naissance de la médecine sociale*. DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. p. 227. [trad. br. *O nascimento da medicina social*. Microfísica do poder. (trad. Roberto Machado) 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.97.]

\_\_\_\_\_. *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, 400p. [trad. br. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (trad. Salma Tannus Muchail) 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 407 p.] [trad. ing. *The order of things: an archaeology of the human sciences*. (trad. R. D. Laing) London: Tavistock Publications Limited, 1970, 387p.]

\_\_\_\_\_. *Table ronde du 20 mai 1978*. DEFERT, Daniel; EWALD, François. (Org.). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, v. 4, 1994. p. 20-34.

GUEDES, Marco Aurélio Peri. Pensar o biopoder: Foucault em Weimar. *Revista da Faculdade de Direito Cândido Mendes*. Rio de Janeiro: SBI, v. 1, n. 1, p. 106-117, 1999.

HONNETH, Axel. *Einleitung zur philosophisch-soziologischen diskussion um Michel Foucault*. In: ERDMANN, Eva; FORST, Rainer; HONNETH, Axel. (Org.). *Ethos der Moderne: Foucaults Kritik der Aufklärung*. Frankfurt: Campus Verlag, 1990. p. 11-34.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 184 p.

SOUZA, Jessé de. *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*. SOUZA, Jessé de (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Edumb, 1999. p. 17-54.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. Metodologia das Ciências Sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 153 p.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1981. 233 p.

\_\_\_\_\_. *A política como vocação*. Ensaios de Sociologia. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 97-153.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barborsa. Brasília: Edumb, 1991. v. 1, 422 p.